

EM DEFESA DO PATRIMÔNIO GENÉTICO Principais pontos do projeto da senadora Marina Silva

O Brasil participará dos benefícios econômicos e sociais decorrentes do acesso a seus recursos genéticos

Terão prioridade, no acesso à biodiversidade, os empreendimentos que se realizem no território nacional

O levantamento e a coleta de recursos biológicos deverão ser previamente autorizados pelo governo brasileiro e acompanhados por cientistas nacionais

O governo poderá exigir compensação financeira pela coleta de espécies biológicas.

O Poder Público promoverá o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para o uso e melhoramento de espécies

Biodiversidade será discutida na Câmara

Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais, chega nesta semana à Câmara dos Deputados o projeto que regulamenta o acesso aos recursos genéticos do

país, elaborado pela senadora Marina Silva. A proposta recebeu substitutivo do senador Osmar Dias, cujo trabalho foi elogiado pela autora.

PÁGINA 3

CE

Projetos alteram o crédito educativo



A Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola, reúne-se amanhã, a partir das 10h30, para apreciar uma pauta de 16 itens, entre os quais destacam-se dois projetos sobre a distribuição e os critérios do crédito educativo, de autoria do senador licenciado Waldeck Ornelas. Também consta da pauta proposta do senador Lúcio Alcântara (*foto*) que trata do ensino a distância.

Mercosul e embaixadores na pauta

A Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo senador Romeu Tuma (*foto*), examina amanhã, às 17h, o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos entre os países-membros do Mercosul, firmado em dezembro de 1996. A pauta prevê também o exame pelos senadores do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul e os nomes de três novos embaixadores.



CAS

Conta de FGTS para ex-estatutário

Presidida pelo senador Ademir Andrade (*foto*), a Comissão de Assuntos Sociais tem reunião marcada para a próxima quarta-feira, às 10h, para apreciar uma pauta com 17 itens. Entre os destaques, encontra-se o projeto de autoria do senador Francelino Pereira que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do FGTS pelos servidores públicos quando houver mudança de regime jurídico.

CRE



Congresso vota novos prazos do Orçamento

Sessão será amanhã, às 19 horas, e apreciará projeto de resolução específico para este ano

O senador Geraldo Melo, presidindo a sessão do Senado na sexta-feira, anunciou a convocação de sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 19 horas. Os parlamentares deverão votar requerimento de urgência para deliberar sobre projeto de resolução, de autoria das Mesas da Câmara e do Senado, que regula, a título excepcional, a tramitação do projeto de lei orçamentária anual para 1999.

O objetivo desse projeto de resolução, cuja vigência será restrita a 1998, é criar condições efetivas para a apreciação, até o encerramento da atual sessão legis-

lativa, da proposta orçamentária para 1999. O projeto propicia a aceleração da tramitação da matéria, e tem como justificativa o fato de que o período eleitoral reduziu o tempo efetivo disponível para análise da lei orçamentária.

Na mesma sessão, senadores e deputados devem deliberar sobre dois projetos de créditos suplementares solicitados pelo Executivo, já com pareceres favoráveis da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Os projetos destinam recursos extras para o Ministério do Planejamento e o Poder Judiciário.

Pagamento por convocação gera controvérsia

O pagamento de ajuda de custo aos parlamentares, na convocação extraordinária do Congresso prevista para o mês que vem, foi debatido no plenário do Senado.

Jefferson Péres citou decisão liminar de um juiz fluminense suspendendo a ajuda de custo e se posicionou contra o pagamento. O vice-presidente Geraldo Melo, em aparte, lembrou que leis e normas existem para ser cumpridas e questionou a legitimidade de um juiz local decidir sobre o tema.

PÁGINA 4

Plenário aprecia onze matérias nesta semana

Osmar quer uniformizar tratamento a trabalhadores urbanos e rurais



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Hidroginástica
 7h30 - *Especial Unip* - Assunto: Futuro da pesquisa no Brasil - 1ª parte
 7h55 - *Senado em Pauta*
 8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Remo
 8h30 - *Jornal do Senado*
 8h55 - *Senado em Pauta*
 9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, Ouro Preto
 9h30 - Entrevista - O senador Leonel Paiva fala sobre o ensino superior no Brasil
 10h - *Especial/Seminário - Globalização*
 12h30 - Entrevista - O senador Leonel Paiva fala sobre o ensino superior no Brasil
 13h - *Cores do Brasil* - Em destaque, Espírito Santo
 13h30 - *Cidadania*
 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
 18h30 - Entrevista - O senador Leonel Paiva fala sobre o ensino superior no Brasil
 19h - *Cores do Brasil* - Em destaque, Rio de Janeiro
 19h30 - *Cidadania*
 20h30 - Entrevista - O senador Leonel Paiva fala sobre o ensino superior no Brasil

RÁDIO SENADO

21h - *Jornal do Senado*
 21h15 - Especial - *República*/1ª parte - Com direção de Walter Avancini e produção geral de Paulo César Ferreira, essa minissérie de quatro capítulos estréia na TV Senado
 22h - Sessão plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
 Em seguida - Música e informação
 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 Em seguida - Música e informação
 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
 Em seguida - Música e informação
 0h - Reprise da sessão plenária
 Em seguida - Música e informação

Senado estuda nova regra para prescrição de direitos trabalhistas

A pauta do plenário do Senado para esta semana prevê a votação de 11 matérias. Na quarta-feira, os senadores devem apreciar proposta de emenda constitucional de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que altera o prazo prescricional das ações trabalhistas.

Pela proposta, a Constituição não daria mais tratamento privilegiado ao trabalhador rural com relação ao prazo para ajuizar ações na Justiça do Trabalho.

O texto atual estabelece prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato do trabalhador urba-

no. Para o trabalhador rural, o único prazo é o de dois anos após a extinção do contrato. Osmar Dias propõe que o prazo seja de cinco anos, tanto para trabalhadores rurais quanto urbanos.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou emenda à proposta fixando os prazos em cinco anos para os trabalhadores urbanos e oito para os trabalhadores rurais.

Na quinta-feira, o plenário inicia o segundo turno de discussões da proposta de emenda constitucional limitando os gastos das câmaras de vereadores.

CCJ discute orçamento participativo e capital estrangeiro na saúde

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprecia nesta quarta-feira, em reunião marcada para as 10h, duas propostas de emenda constitucional: uma estabelece o orçamento participativo e outra permite a entrada do capital estrangeiro no sistema de saúde.

A primeira, de iniciativa do se-

nador Pedro Simon (PMDB-RS), propõe a criação de mecanismos visando à participação da sociedade no processo de elaboração orçamentária.

Outro ponto da pauta é a proposta do senador Júlio Campos (PFL-MT) que suprime a proibição constitucional de participação de empresas e capitais estrangeiros no setor de saúde no Brasil.

CAE examina renda mínima e norma para exportação de madeira

Sob a presidência do senador Pedro Piva (PSDB-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se amanhã, às 10h, para examinar uma pauta de 19 itens, entre os quais projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações sócio-educativas. A proposta é do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A CAE também examinará projeto oriundo da Câmara que cria Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal.

De autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR), será examinado em caráter não terminativo projeto que proíbe a exportação de madeira em tora ou não acabada. O relator, Gilvam Borges (PMDB-AP), deu parecer favorável.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 1998

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

Terça-feira - (10.11.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
 Pauta: *PDL n° 124/97, que renova a permissão da Rádio Sociedade (Salvador-BA); *PDL n° 126/97, que renova a concessão da Rádio Carijós Ltda. (Conselheiro Lafaiete-MG); e *PDL n° 128/97, que renova a concessão da Rádio Carajá (Anápolis-GO)

▶ 19h - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Leitura de mensagens presidenciais e apreciação de requerimento de urgência para apreciação de projeto de resolução, de autoria das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que regula, a título excepcional, a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 1999; *PL n° 29/98-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de R\$ 237,475 mil em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento; e *PL n° 37/98-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 15,235 milhões, para os fins que especifica
 Local: Plenário da Câmara dos Deputados

Quarta-feira - (11.11.98)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
 Pauta: *PEC n° 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7° e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); *PDL n° 135/97, que renova a concessão da Rádio Pausada do Rio Quente (Caldas Novas-GO); *PDL n° 138/97, que renova a concessão da Empresa Portolegrense de Comunicação Ltda. para serviço de televisão em Porto Alegre-RS; e *PDL n° 140/97, que renova a concessão da Rádio Cultura (Ilhéus-BA)

COMISSÕES

Terça-feira (10.11.98)

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS n° 29/96, que define a utilização dos Títulos da Dívida Agrária, prevista na Constituição federal. Local: Ala Senador Alexandre Costa - sala 19

▶ 10h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC n° 061/97, que dispõe sobre a política nacional de educação ambiental. Local: Ala Senador Alexandre Costa - sala 15

▶ 15h - Comissão Mista do Orçamento

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: apresentação, discussão e votação do PLN n° 33/98-CN. Local: Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados

▶ 17h - Comissão de Relações Exteriores

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDL n° 15/98, que aprova o texto do acordo de cooperação na área de turismo, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da Guiné Bissau. Local: Ala Senador Alexandre Costa - sala 7

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4

• Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
 Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
 Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 15º e 16º andares
 Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Elói Portela propõe renúncia de candidatos a novo mandato

A fim de coibir o uso da máquina administrativa no processo eleitoral, o senador Elói Portela (PPB-PI) apresentou proposta de emenda constitucional para exigir a renúncia dos chefes do Poder Executivo candidatos à reeleição. A proposta estabelece que, para concorrer à reeleição ou a outros cargos, o presidente da República, governadores e prefeitos, assim como aqueles que os substituíram, devem renunciar ao cargo seis meses antes do pleito.

Na opinião do parlamentar, as últimas eleições demonstraram claramente a incompatibilidade entre a permanência no cargo e a postulação da reeleição pelos detentores de cargos executivos. “Impõe-se, portanto, a necessidade do estabelecimento da renúncia compulsória do chefe do Poder Executivo que pretende se candidatar à reeleição”, pregou o senador.

Para Elói Portela, ficou bem claro nas últimas eleições, especialmente em alguns estados, “o uso e o abuso do poder político e do poder econômico, mediante utilização de toda sorte de instrumentos, inclusive da chamada máqui-



Elói Portela observou nas últimas eleições o “uso e abuso do poder político”

na do Estado e da mídia, para favorecer candidatos à reeleição”.

Daí por que ele entende que a legislação eleitoral em vigor não conseguiu tolher as ações de governantes candidatos à reeleição “que abusaram exageradamente do poder público para angariar apoios, ainda que constrengendo o eleitorado”. Por isso, Elói Portela achou necessário apresentar essa proposta de emenda constitucional.

Paulo Guerra diz que voto distrital moderniza política

O senador Paulo Guerra (PMDB-AP) defendeu a instituição do voto distrital, que, segundo afirmou, “poderá tornar-se a alavanca modernizadora” da prática política no Brasil. O senador acredita que a adoção desse instituto

mais adequado para a realização de debates sobre temas como a reforma partidária, o sistema eleitoral, o financiamento de campanha e a fidelidade partidária, “graças à visibilidade que o cenário político-eleitoral enseja neste instante”.

A reforma política é, na opinião do senador, “um imperativo”. Ele entende que não se pode cogitar uma efetiva estabilidade nacional, seja no campo econômico ou no administrativo, “se não contarmos com um sistema político que signifique o verdadeiro aperfeiçoamento das instituições e a consolidação dos postulados democráticos”.

– O voto distrital é suscetível de falhas ou distorções mas, com certeza, representará o avanço e o rompimento com uma estrutura velha, carcomida pelo tempo e desfocada da nossa realidade social e política e do momento histórico que vivemos – afirmou.



Paulo Guerra acredita que o momento pós-eleitoral é o mais adequado para colocar em discussão a reforma política

viabilizará a existência e o funcionamento “de verdadeiros partidos políticos, cuja consistência programática garanta o respeito aos princípios e, conseqüentemente, consagre a fidelidade partidária”.

Paulo Guerra considerou este momento pós-eleitoral como o

Proteção da biodiversidade será analisada pela Câmara

Projeto da senadora Marina Silva, que regulamenta o acesso aos recursos genéticos do país, começa a ser apreciado nos próximos dias pelos deputados

Vai nos próximos dias à Câmara dos Deputados projeto que regulamenta o acesso aos recursos genéticos do país, aprovado na terça-feira passada pelo Senado. A proposta, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), recebeu substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR) e foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo. A matéria foi analisada também na Comissão de Educação, onde recebeu parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).

O texto aprovado estabelece que os recursos genéticos e produtos derivados são considerados bens públicos de uso especial da nação brasileira, e que os contratos de acesso a eles serão regulados por lei, não podendo desrespeitar as terras in-

dígenas e os cultivos agrícolas domesticados e semidomesticados. Ainda segundo o projeto, cabe à sociedade em geral, e ao poder público em particular, a preservação do patrimônio genético e da diversidade biológica do país.

O projeto segue acordo firmado pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, estabelecendo a necessidade de adoção, pelos países signatários, de normas de controle do acesso aos recursos genéticos e biológicos.

– Nossa situação de país particularmente dotado de recursos de diversidade biológica deve ser vista como um trunfo para a resolução de importantes problemas

internos, sobretudo os relacionados à miséria. É tarefa das mais relevantes dedicar ao tema da biodiversidade o esforço político, técnico e institucional que ele requer como alavanca da nossa construção como nação – justificou Marina Silva.

A senadora elogiou o trabalho do relator Osmar Dias, principalmente por ter possibilitado o debate entre as entidades ligadas ao tema e o governo. Foram realizadas três audiências públicas pela CAS, em São Paulo, Manaus e Brasília, em que foram ouvidos representantes da agricultura, da indústria, das universidades de pesquisa, de comunidades indígenas, do governo e de organizações não-governamentais.

Dutra apresenta emenda que proíbe a reeleição de prefeitos

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou proposta de emenda constitucional destinada a acabar com a reeleição para prefeitos e a estabelecer um prazo de desincompatibilização de seis meses para o presidente da República e os governadores que se candidatem a um novo mandato.

Dutra considera urgente a aprovação dessas mudanças e diz que o Congresso não pode ficar inerte diante do assunto. “É fundamental que nós assumamos a responsabilidade de decidir isso, vedando a reeleição dos prefeitos e obrigando aquele que estiver com o intuito de se candidatar novamente a se afastar do cargo, no mínimo seis meses antes.” Em sua opinião, isso deve ser feito para “o bem do Brasil e para uma maior lisura dos pleitos eleitorais”.

No entender de Dutra, as recentes eleições realizadas no país revelaram “um abuso indiscriminado do uso da máquina do Estado, tanto na reeleição do atual presidente quanto na maioria dos estados brasileiros que não são administrados por pessoas sérias e decentes”. Para exemplificar, o parlamentar disse que o governador de Sergipe, Albano Franco, realizou



José Eduardo Dutra lamenta o “ínfimo controle social” dos governos municipais e prevê o uso da máquina pública

convênios extemporâneos com os municípios, num montante superior a R\$ 48 milhões.

– É o uso do dinheiro público para beneficiar a candidatura daquele que está exercendo o cargo de governador. Este é só um exemplo do que deve ter ocorrido na grande maioria dos nossos estados. É importante que reavaliemos o instituto da reeleição como um todo e, em especial, a dos prefeitos – pregou o senador.

Na avaliação do parlamentar, se houve uso da máquina administrativa por parte dos atuais governadores, mais grave será a situação daqui a dois anos, quando ocorrerem as eleições municipais. Dutra considera preocupante sobretudo a situação dos pequenos municípi-

os, por entender que ali vigora a prática clientelista dos prefeitos “que se utilizam do velho costume do toma lá dá cá”.

Outro argumento do senador é o de que, na maioria dos municípios brasileiros, não existe nenhum tipo de controle dos atos dos prefeitos. “Isto os leva a fazer uso do dinheiro público como se fosse privado, caracterizando assim a utilização da máquina administrativa em benefício próprio, ou seja, em benefício de sua reeleição”, comentou. Conforme explicou, com exceção de poucos, a maioria dos municípios brasileiros não tem como exercer controle sobre o poder público e não dispõe sequer de um jornal local. “O controle social é ínfimo na grande maioria de nossas cidades”, observou.

Jefferson questiona pagamento de convocação

Senador pergunta se é ético os parlamentares receberem “três salários em um mês” para votar medidas que sacrificam o povo. Geraldo Melo responde que não se pode manifestar solidariedade descumprindo a lei

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) formulou em plenário na última sexta-feira a seguinte questão: o pagamento da convocação extraordinária aos parlamentares, em um momento em que suas decisões ratificam a imposição de sacrifícios a boa parcela da população, é justificável do ponto de vista ético? O discurso levou o primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), a deixar momentaneamente a presidência da sessão para fazer um aparte à manifestação do colega.

Jefferson iniciou seu pronunciamento comunicando a decisão de um juiz do Rio de Janeiro de suspender liminarmente o pagamento da ajuda de custo devida aos parlamentares em caso de convocação extraordinária do Congresso pelo presidente da República. O senador comentou que o ato, como é natural, desagradou a vários parlamentares por ser juridicamente questionável.

Mas é o aspecto ético o que mais preocupa o senador pelo Amazonas. Trata-se, segundo ele, de uma questão delicada, que incomoda e não costuma ser discutida em público.

– Em um momento em que se discute o ajuste fiscal, uma política de austeridade e de sacrifício para todos, eu me pergunto se é eticamente defensável que o Congresso pague duas ajudas de custo em uma convocação

extraordinária – disse Jefferson.

O senador afirmou que a razão da ajuda de custo seria o pagamento em dobro, por referir-se a trabalho em um mês de férias. O decreto legislativo que instituiu esse direito, contudo, menciona gastos de viagem e instalação – justificativa que, para Jefferson, é indefensável. Ele indagou, então, por que o pagamento de duas ajudas de custo, já que uma só seria suficiente. Para o senador, não se trata do impacto financeiro, que seria pequeno, mas de uma questão ética. “Se o sacrifício tem que ser de todos, que nós façamos algum”, defendeu.

Melo aplaudiu a preocupação ética de Jefferson e manifestou sua opinião de que o Congresso Nacional deve empreender um gesto de solidariedade com o país em uma ocasião em que se exige de todos uma atitude de despojamento. Mas questionou a competência de um juiz local para conceder liminar suspendendo o pagamento da ajuda de custo.

– Será que a forma de expressarmos essa solidariedade seria deixarmos de aplicar a regra ou seria mudar a regra? – perguntou Melo.

O primeiro vice-presidente admitiu até concordar com o impulso do juiz, mas afirmou que, como senador da República, tem o dever de se preocupar com as instituições.

– Se a regra do jogo for arranhada

em virtude de fato de determinado momento, então estaremos dizendo que não há regra do jogo – concluiu.

Melo lembrou que, no país, há leis que se cumprem e outras que não se cumprem. Citou a proibição de velocidade nas estradas superior a 80 quilômetros por hora, que foi respeitada durante os seis primeiros meses de vigência e depois, segundo ele, caiu em desuso.

– A obediência às leis no país é tão frágil que temo que se diga que elas não devem ser obedecidas – disse.

Jefferson agradeceu o aparte e lembrou de outra decisão judicial polêmica, tomada por magistrado gaúcho, que proibiu o fumo em todos os vãos brasileiros, independentemente de sua duração. Perguntou se um juiz local poderia tomar uma decisão que acaba por afetar milhões de pessoas.

O senador repetiu que a situação é “difícil, delicada, incômoda e constrangedora”, já que os congressistas podem acabar por aprovar medidas duras e, tirando proveito disso, receber “três salários em um mês”. Jefferson afirmou já existir a suspeita de que falte *quorum* caso a convocação seja de iniciativa das Mesas da Câmara e do Senado, o que não acarreta pagamento da ajuda de custo. Mas avisou que ele estará presente, com ou sem o pagamento.



Jefferson: “Se o sacrifício tem que ser de todos, que nós façamos algum”



Geraldo Melo: “Se arranhamos a regra, estaremos dizendo que não há regra do jogo”

Senado promove encontro de comunicação legislativa

Cerca de 200 profissionais de comunicação social de câmaras de vereadores e assembleias legislativas de todo o país discutem, de 16 a 18 de novembro, as experiências de comunicação legislativa realizadas por parlamentos em todo o país. Trata-se do I Seminário de Comunicação Legislativa, que o Senado promove no Auditório Petrônio Portella.

– Pretendemos trocar informações, imaginar e discutir com os colegas dos estados e municípios formas eficientes de planejar

programas e ações permanentes de comunicação, em absoluta sintonia com nosso público comum: a sociedade brasileira – explicou o jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado.

As inscrições podem ser feitas via fax – (061) 311-1055; pelo endereço eletrônico crp@senado.gov.br; ou pelo correio (Serviço 0800 - A Voz do Cidadão - Anexo II - B - Térreo - Senado Federal - Brasília, DF - CEP: 70165-900).

Maiores informações devem ser obtidas pelo telefone 0800612211.

Lauro alerta para riscos da deflação

O senador Lauro Campos (PT-DF) fez um alerta, sexta-feira, para os efeitos nocivos da deflação, que poderão ser ainda maiores na economia brasileira. Ele afirmou que o governo federal, que tanto se vangloriava de ter sido eficiente no combate à inflação, hoje é presa do processo deflacionário.

Citando dados de pesquisa feita em São Paulo, acrescentou que em 1999 a deflação causará uma queda de 70% nos lucros de empresas em 20 setores. Na sua opinião, os capitalistas atingidos por esta redução dos lucros sentirão saudades da inflação:

– Em vez de haver uma redistribuição de renda, em que a base da pirâmide se aproxima do pico, é o pico que se destrói, que se empobrece na crise causada pela deflação, aproximando-se da base. É uma dis-

tribuição de renda às avessas.

Para o senador, o Brasil hoje tem um “governo de 20%”, já que é apenas este o percentual de recursos disponível para a União. Todo o restante dos recursos, afirmou, está comprometido com os juros internos e externos. Ele completou que o governo não tem força suficiente para se livrar da taxa de juros atual de 49%.

Lauro Campos ressaltou ainda que o país, ao combater a inflação, perdeu a guerra contra a fome, contra a miséria, contra a prostituição infantil e contra os problemas da saúde. “Perdemos todas as guerras no social, mas em compensação conseguimos a ‘vitória fantástica’ sobre a inflação, que agora vai virar deflação”, ironizou.

ALEIXO

Antes de analisar a situação econômica atual, ele teceu comentários so-



Lauro Campos: “distribuição às avessas”

bre sua origem política e acadêmica. Ao citar alguns personagens históricos com os quais conviveu, o senador manifestou sua admiração pelo caráter e personalidade do ex-senador

Milton Campos, que abandonou o cargo de ministro da Justiça por não concordar com a instituição do regime militar, em 64.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu a Lauro Campos que esclarecesse se nutria a mesma consideração por Pedro Aleixo. Lauro concordou com Lobão, que justificou sua intervenção por considerar que, mesmo mantendo-se no governo como líder, depois como ministro da Educação e vice-presidente, Aleixo permaneceu não por concordar, mas para resistir.

Marina critica restrições à medicina ortomolecular

A senadora Marina Silva (PT-AC) criticou as restrições feitas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) à prática da medicina ortomolecular no país. Ela informou que já apresentou requerimento à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado para a realização de audiência pública reunindo representantes do CFM e dos profissionais da medicina alternativa, a fim de esclarecer o assunto.

Marina disse ter sobre o assunto o conhecimento, não de um técnico, mas de alguém diretamente beneficiado. Ela recordou que, após mais de um ano de tratamento em um centro de referência na medicina tradicional, o Hospital Albert Einstein, em

São Paulo, acabou desiludida pelos médicos em relação à superação de seus problemas, decorrentes de contaminação por chumbo, mercúrio e ferro. Deputada estadual à época, sofria com dificuldades de locomoção e de visão e com grande perda de peso.

– Encontrei na medicina ortomolecular resultados positivos no diagnóstico e tratamento de minha contaminação por metais pesados – destacou.

Ela apoiou a ação popular com que os profissionais da medicina alternativa buscam corrigir, na Justiça, os erros da Resolução nº 1.500 do Conselho Federal de Medicina, que faz restrições à prática da medicina ortomolecular.



Marina propõe debate público com o CFM